



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Planejamento e Gestão

UNIDADE: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Informação sobre carteiras de habilitação emitidas e suspensas. Atendimento após diligência da OGE. Novo pedido em âmbito recursal – descabimento. Perda do objeto.

DECISÃO OGE/LAI nº 071/2018

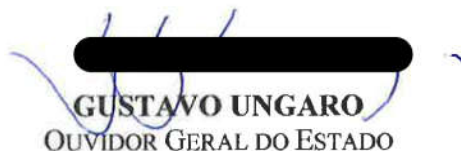
1. Tratam os presentes autos de pedido ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, número SIC em epígrafe, para acesso à quantidade de habilitações emitidas, renovadas, suspensas ou canceladas por município e por ano, indicando se possível a pontuação.
2. A ausência de qualquer resposta ensejou o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instado a sanar a supressão de instância, o ente enviou dados. Cientificado, o interessado solicitou esclarecimentos. Em nova diligência, o ente complementou as informações. Novamente notificado, o interessado agradeceu pelo atendimento da demanda.
4. Após, o interessado formulou novos questionamentos em relação às carteiras de habilitação cassadas, os quais não constavam do pedido inicial. Em contato com o DETRAN, informou-se que seria necessário o processamento dos dados para a obtenção da nova informação solicitada, recomendando-se a formulação de um novo pedido no Sistema SIC.SP. Cientificado, o interessado mostrou-se insatisfeito.
5. Cumpre lembrar que a inovação de pedido em grau de recurso não se coaduna com a sistemática da Lei de Acesso à Informação, por subtrair a oportunidade de o ente demandado sobre ele se manifestar, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso, se o caso. Cabe realçar que nada impede o interessado de formular nova solicitação para acesso a outras informações desejadas, a qualquer tempo e sem nenhum óbice.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Assim, considerando o atendimento da demanda, ainda que de forma extemporânea, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente do objeto**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei Federal nº 12.527/2011, descaracterizadas as hipóteses previstas no artigo 20 do Decreto Estadual 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 7 de março de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL